

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 149.823 - SE (2016/0301842-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : **JUÍZO AUXILIAR DE EXECUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE ARACAJU - SE**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO CORREGEDOR DOS CARTÓRIOS DE LARANJEIRAS - SE**
INTERES. : **VALTENISSON NOVAIS DE ANDRADE**
ADVOGADO : **VICTOR HUGO MOTTA - SE001502**
INTERES. : **SAO CRISTOVAO TRANSPORTES LTDA E OUTRO**
ADVOGADO : **MARCELO FIGUEIREDO - SE000433A**

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência/atribuições em que é suscitante o JUÍZO AUXILIAR DE EXECUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE ARACAJU-SE e suscitado o JUÍZO DE DIREITO CORREGEDOR DOS CARTÓRIOS DE LARANJEIRAS-SE.

O Juízo trabalhista, ora suscitante, aduz que, em procedimento de Dúvida, suscitado pelo Oficial do Cartório, o Juízo suscitado determinou a suspensão do registro de carta de alienação que havia sido expedida pelo suscitante no Processo nº 201573001761, mesmo após ter sido esclarecido que a decisão proferida por Juiz Corregedor de Cartórios tem natureza administrativa, não podendo se sobrepor a uma ordem judicial e, ainda, que a decisão da Justiça Comum em que se questiona o registro de um forma de partilha de 1990 não teria influência na alienação realizada pelo Juízo suscitante, datada de 16/10/2015.

Requer, ao final, a prevalência da ordem judicial sobre a determinação do Juiz Corregedor de Cartórios, que possui natureza administrativa (fl. 3 e-STJ).

Despacho à fl. 233 (e-STJ) determinando que os Juízos em conflito fossem oficiados para prestar informações, além de vista ao Ministério Público Federal.

O Juízo suscitante informou que suscitou este conflito diante da alegação do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Laranjeiras-SE de não ser possível o cumprimento do registro de carta de alienação emitida por aquele Juízo. Informou ainda que todas as execuções trabalhistas em curso contra a parte ré foram reunidas no Juízo Auxiliar de Execução, perfazendo um total de mais de cem milhões de reais (fls. 239-240 e-STJ).

O Juízo suscitado, por sua vez, informou que, em 22/10/2015, foi-lhe distribuído procedimento de dúvida, suscitado pela delegatária do 2º Ofício da Comarca de Laranjeiras-SE, sob a alegação de que existem três protocolos referente à matrícula do imóvel em questão: i) requerimento de correção do contido em formal de partilha, datado de 2/8/1990; ii) carta de alienação, expedida em 11/9/2015; iii) Ofício JAE nº 0200/2015, determinando o registro da carta de alienação (fls. 244-245).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse procedimento, o Juízo suscitado, inicialmente, determinou o sobrestamento do registro da carta de alienação até a conclusão da dúvida, posteriormente julgada procedente por sentença que determinou a suspensão do registro da carta de alienação do Juízo Trabalhista até o trânsito em julgado dos processos 201573000940 (dúvida) e 201573001016 (retificação de registro) (fls. 245-247 e-STJ).

O Ministério Público Federal, em parecer lançado às fls. 250-254 (e-STJ), opinou pelo conhecimento do conflito e declaração da atribuição do Juízo Auxiliar de Execução da Vara do Trabalho de Aracaju-SE, o suscitante.

É o relatório.

DECIDO.

Já é antiga a orientação da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual o exercício da função jurisdicional deve preponderar sobre a jurisdição administrativa.

A propósito:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. REGISTRO PÚBLICO. REGISTRO DE HIPOTECA LEGAL. CANCELAMENTO PELO JUIZ CORREGEDOR. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não deve o juiz correicional, em atividade administrativa, recusar cumprimento de ordem expedida por juiz no exercício de sua jurisdição, sob pena de usurpar-lhe a competência.

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o suscitante."

(CC 45.583/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2007, DJ 6/8/2007, p. 456)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. REGISTRO. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE. ARREMATACÃO DO BEM EM EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUSA. JUÍZO DA VARA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA.

1. Não é possível ao juízo correicional, no exercício de função meramente administrativa, opor-se à determinação de juiz trabalhista, de cunho jurisdicional, fixando o registro de transferência de propriedade de imóvel arrematado em execução trabalhista.

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Pato Branco/PR, o suscitante."

(CC 41.042/PR, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/5/2005, DJ 13/6/2005, p. 164)

"Conflito de competência. Juiz do Trabalho. Juiz Corregedor de cartório extrajudicial.

I - Não deve o Juiz Corregedor, em atividade administrativa, recusar cumprimento de mandado expedido por Juiz no exercício de sua jurisdição, sob pena de invadir-lhe a competência. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

II - Conflito conhecido para se declarar competente o MM. Juízo suscitante."

(CC 30.820/RO, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/8/2001, DJ 29/10/2001, p. 179)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Registros Públicos. Arrematação. Justiça do Trabalho. Juiz Corregedor dos Registros.

- Cabe ao Juiz do Trabalho decidir sobre o registro da carta de arrematação expedida no Juízo Trabalhista. Por isso, também lhe incumbe zelar pela fiel observância da Lei dos Registros Públicos."

(CC 31.866/MS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/8/2001, DJ 29/10/2001, p. 179)

Na hipótese dos autos, investido de função jurisdicional, o Juízo trabalhista, ora suscitante, expediu carta de arrematação que teve registro negado pelo oficial do registro de imóveis local, amparado em decisão administrativa proferida pelo Juízo correicional, ora suscitado, em procedimento de dúvida registral.

Nesse contexto, diante da natureza administrativa do procedimento de dúvida registral, deve preponderar o que deliberado na esfera judicial, situação que atrai a competência do Juízo trabalhista, ora suscitante, para decidir sobre o registro da carta de arrematação por ele expedida, bem como pelo fiel cumprimento da Lei dos Registros Públicos.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o JUÍZO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE ARACAJU-SE, cabendo ao oficial do registro de imóveis competente dar andamento ao registro da carta de alienação expedida pelo Juízo suscitante.

Publique-se.

Intime-se.

Oficiem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator